

15 MAI 1985

O pacto social deve vir logo depois do acordo político, segundo ficou definido na reunião do Conselho Político do Governo

# Convocação da Constituinte vai ser decidida em junho

O presidente do Congresso Nacional, senador José Fragelli, tomou ontem uma decisão que contraria a decisão do Conselho Político do governo: marcou para o próximo 12 de junho a votação de um emenda constitucional do deputado Gastone Righi, líder do PTB na Câmara, convocando para 15 de novembro de 86 a eleição da Assembleia Nacional Constituinte.

O presidente José Sarney disse ontem, na reunião do Conselho Político, que não pretendia convocar a Constituinte antes de um amplo entendimento com todos os partidos. "Criou-se um fato novo. Temos que analisar o que pode acontecer", constatava ontem, no final da tarde, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso.

— Não tive outra alternativa. Fui procurado pelo deputado Righi, que me pediu para colocar seu projeto em votação. Mandei minha assessoria apurar e constatei que a votação deveria acontecer no dia 12 de junho. Tinha que agir como Presidente do Congresso. São coisas da política, justificou Fragelli.

## VAI A SARNEY

Importante parlamentar da Aliança Democrática reconheceu que José Sarney sabia da existência da emenda Gastone Righi e tinha receio de que ela fosse colocada na pauta. "O Presidente reservava para si a iniciativa de convocação da

Constituinte", disse.

Amanhã à tarde, Gastone Righi irá ao Palácio do Planalto, para uma audiência com Sarney. O deputado dirá ao Presidente que Tancredo Neves prometeu, à época de sua campanha, prestigiar a sua emenda. "Tancredo me assegurou apoio em três oportunidades; não é justo que sua vontade seja agora colocada de lado", cobra Gastone.

O líder do governo no Senado, Humberto Lucena, não escondia ontem sua preocupação com a inclusão da emenda Gastone na pauta de votação. Com uma cópia nas mãos, Lucena pedia explicações a Fragelli, no momento em que este presidia a sessão do Senado.

Auxiliado pelo seu principal assessor, o secretário-geral da mesa, Nerlone Cardoso, Fragelli explicou que não podia fazer outra coisa: "Isso é absolutamente regimental; eu não poderia agir de forma diferente", disse.

## A EMENDA

A emenda de Gastone tem o apoio de dois terços do Congresso, o que lhe assegura tramitação preferencial sobre as demais. Os principais pontos da proposta são os seguintes:

— Os deputados e senadores constituintes serão eleitos em 15 de novembro de 1986.

— Os atuais senadores - com mandato até 1991 também terão poderes constituintes.

— A Assembleia Nacional

Constituinte terá um ano para elaborar a nova Constituição.

— out Art 1 r a emeaoine a rimel e tenf Os parlamentares acumularão as funções de congressistas ordinários.

A votação das propostas da Constituinte se dará em dois turnos, sendo aprovadas aquelas que obtiveram maioria absoluta.

## CASUALIDADE

Ao procurar José Fragelli, na segunda-feira pela manhã, Gastone não imaginava que o "êxito político" estivesse tão próximo. O deputado passara todo o final de semana pensando em se antecipar ao governo na iniciativa de convocar a Constituinte: "Afinal, eu já tenho um projeto neste sentido", raciocinava. Ele ficou espantado com a atenção que lhe foi dispensada pelo presidente do Congresso.

No mesmo dia, no final da tarde, um assessor de Fragelli informava a Gastone que sua emenda deveria ser votada em 6 de junho, mas a data não era conveniente porque no dia 7 há um feriado nacional. Ontem, o mesmo assessor comunicava a decisão final: a votação foi marcada para o dia 12.

Gastone não teve dúvidas: pegou uma série de cópias de sua emenda e saiu distribuindo para os jornalistas. Aproveitou para fazer as suas advertências: "O governo só tem duas razões para negar quorum na votação da minha emenda; ou está querendo desprestigiar o

Legislativo, ou realiza manobras contra a Constituinte.

## OUTRAS EMENDAS

Além da emenda Gastone Righi, existe outra proposta de convocação da Constituinte, de autoria do deputado Alberto Goldman. Como não tem o apoio de dois terços do Congresso, a emenda Goldman leva desvantagem sobre a primeira e tende a ficar prejudicada em caso de aprovação. O mesmo procedimento será observado com relação a uma eventual emenda enviada pelo presidente José Sarney.

Gastone lembra que todas as proposições que tenham o mesmo sentido da sua deverão ser analisadas em conjunto. "Se eles por acaso não votarem a minha emenda, as demais ficarão prejudicadas. E se eles a rejeitarem, o regimento diz que assuntos correlatos não poderão ser votados no mesmo ano, ficando adiada a convocação da Constituinte para o ano que vem", adverte.

Fernando Henrique Cardoso não descartou a hipótese de o governo vir a encampar a emenda Righi. "Só faremos outra se a do deputado não for boa. Acho até louvável que propostas como essa partam do Legislativo", disse. Fragelli, por sua vez, acha que a melhor alternativa seria a sugerida pelo jurista Afonso Arinos: "A convocação da Constituinte deveria ser feita em conjunto pelo Legislativo e pelo Executivo".